

A PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: O PNLD LITERÁRIO 2018

ISRAEL NIWTON DA COSTA PEREIRA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

ANA MAGALLY PEREIRA DE FREITAS

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

DANIELA MARIA SEGABINAZI

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

RESUMO: Este artigo apresenta e discute alguns resultados da pesquisa “Da seleção ao ato de ler: os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/Literário 2018)”. Além disso, tem por principal objetivo verificar como as obras do referido programa podem aliar-se à metodologia de estratégias de compreensão leitora para transformar alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas do Município de João Pessoa-PB em leitores autônomos. Com isso, a partir da elaboração e aplicação de um questionário com os professores que participaram da escolha das obras literárias, investigamos os modos de divulgação e orientação que eles receberam para realizar a seleção dos livros. Os resultados apontam para certas falhas na seleção e atrasos na distribuição dos acervos do programa.

PALAVRAS-CHAVE: PNLD Literário 2018. Seleção. Literatura Infantil. Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os intensos debates em torno das políticas de acesso ao livro e da situação da população leitora no Brasil têm levado governos e suas diversas instituições ligadas à educação e à cultura a repensarem os seus programas de promoção à leitura que, como apontam diversas pesquisas sobre os programas desenvolvidos pelo estado, dentre eles o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), estudado por Aparecida Paiva e com resultados divulgados em seu livro “Literatura fora da caixa” (2012), têm seu foco voltado à distribuição de livros como ponto chave para formar leitores.

Observando os dados divulgados pelo Ministério da Educação¹, é possível constatar avanços significativos nas políticas de promoção e acesso ao livro no âmbito das escolas públicas brasileiras e em seus respectivos municípios. Programas como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), dentre outros desenvolvido pelo governo federal em parceria com os demais entes federativos, demonstram esse avanço na distribuição de acervos às bibliotecas e à população.

Pensando nos estudantes de escolas públicas brasileiras, além disso, sabendo que a grande maioria deles pertence a uma situação socioeconômica vulnerável, o

governo brasileiro criou em 1998 o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que, sem dúvida, foi um marco na formação dos acervos das escolas públicas brasileiras. Dessa maneira, possibilitou à população menos favorecida o acesso ao livro e à leitura literária. Contudo, pesquisas feitas sobre os desdobramentos do PNBE no interior das escolas públicas brasileiras explicitam claramente o descaso com o acesso ao material distribuído, confirmando que somente distribuir obras literárias não é suficiente para se formar leitores competentes (PAIVA, 2012).

Em 2017, o Decreto Presidencial nº 9.099, de 18 de julho, alterou a política de distribuição de obras literárias às escolas públicas brasileiras, unificando o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e o PNBE, para uma ação de distribuição de material de apoio às escolas, aos professores e às bibliotecas. Com isso, o novo PNLD Literário teve sua primeira edição no ano de 2018 com foco na distribuição de acervos para uso em sala de aula na educação infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas turmas do Ensino Médio.

Podemos observar que há uma mudança significativa na política de distribuição, pois, enquanto o PNBE se direcionava à formação de acervo das bibliotecas, o PNLD Literário designa sua atenção para a sala de aula também. Além disso, o programa demonstra uma preocupação com a mediação da leitura por parte dos professores, uma vez que, no edital, existe a inserção – mesmo que facultativa – do material de apoio ao professor.

É partindo desse novo direcionamento dado à promoção da leitura no âmbito das escolas públicas brasileiras que este artigo apresenta e discute alguns resultados de nossa pesquisa, que tem por principal objetivo verificar como as obras do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/Literário 2018) podem aliar-se à metodologia de estratégias de compreensão leitora para transformar alunos do Ensino Fundamental de João Pessoa-PB em leitores autônomos.

Com isso, a partir da elaboração e aplicação de um questionário com os professores que participaram do processo de seleção das obras literárias do referido programa, investigamos os modos de divulgação e as orientações recebidas para esse processo. Além disso, buscamos verificar e identificar os critérios de seleção das obras, realizando um levantamento desses títulos, autores e gêneros escolhidos, porém, pela complexidade que cada objetivo de investigação possui, nos atentaremos aqui apenas aos modos de divulgação e orientações recebidas, a fim de averiguarmos possíveis (des)caminhos para o programa obter sucesso ou não na distribuição de obras literárias que, efetivamente, atendam aos anseios dos professores em seus projetos de leituras e uso na sala de aula, em suas respectivas turmas.

Inicialmente, expomos nossa metodologia e técnicas utilizadas na coleta e análise dos dados. Além disso, apresentaremos um detalhamento geral de nossa amostra tendo em vista a participação das escolas no programa, a chegada dos acervos e os espaços disponíveis para leitura. Em seguida, exibimos e discutimos os resultados sobre as questões que envolveram a divulgação e atuação do programa e a orientação recebida para a efetivação da seleção dos títulos no âmbito das escolas públicas de João Pessoa.

AS MUDANÇAS COM O PNLD LITERÁRIO 2018

O Edital de convocação 02/2018 – Coordenação Geral dos Programas do Livro (CGPLI) traz como um de seus objetivos “Avaliar obras literárias para uso em sala de aula pelos estudantes da educação infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e Ensino Médio[...]” (BRASIL, 2018, p. 02). Além da avaliação realizada por uma equipe² que envolve profissionais da área de Educação e Letras, cuja função é avaliar e selecionar as obras que melhor atendem aos critérios explicitados nesse edital, uma outra avaliação se torna importante antes do envio dos acervos às escolas: a seleção dos títulos por parte dos professores para suas turmas.

O guia do PNLD Literário 2018, elaborado pela comissão técnica, disponibilizou informações sobre o programa, assim como também exibiu no capítulo “Escolha” as principais instruções que orientaram as escolas e os professores no processo de seleção de seus títulos e sua indicação no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo o guia, essa escolha deveria ser realizada de forma conjunta, contando com participação da equipe dirigente e docentes das instituições.

Quanto à quantidade de títulos que as escolas deveriam indicar ao FNDE, o guia também forneceu detalhes sobre o número total e sua finalidade. Para a categoria 4, constituída pelas turmas de 1º ao 3º ano do ensino fundamental, os professores deveriam escolher e indicar 35 (trinta e cinco) títulos para compor o acervo que seria destinado para o uso na sala de aula. Cada turma dessa categoria receberia um acervo. Na categoria 5 (4º e 5º anos do ensino fundamental), seriam escolhidos 50 (cinquenta) títulos de obras para compor o acervo da biblioteca e 2 (duas) obras para cada aluno em cada uma das turmas (BRASIL, 2018, p. 22).

O guia também deixava claro como seria a indicação das obras dos alunos e sua utilização nas turmas de 4º e 5º ano. Para cada livro do aluno, deveriam ser assinaladas duas opções, não podendo os professores e as escolas escolherem editoras iguais tanto entre as opções como para cada livro; assim, ao escolher os dois títulos de livros do aluno, a escola apontaria obras de quatro editoras diferentes. Esses dois livros destinados aos alunos devem ser reutilizáveis e seguem basicamente as mesmas regras de distribuição e conservação dos livros didáticos do PNLD (BRASIL, 2018, p. 22).

Além disso, esse documento, que regeu as indicações por parte das escolas, também colocou algumas normas a serem seguidas no processo de escolha. Uma delas é que as escolas deveriam respeitar a autonomia de seus docentes e possibilitar um processo de modo democrático e transparente, além de se atentarem para alguns princípios que regem a administração pública e suas autarquias.

Nas edições do PBNE, os professores não tinham prioridade na escolha dos títulos dos acervos distribuídos pelo programa, as obras passavam apenas pelo processo de avaliação e distribuição, além de ser realizado por uma equipe de avaliação. Como podemos observar, em confronto com a distribuição, avaliação e seleção do PNBE, programa que foi substituído pelo PNLD Literário, constatamos que uma ação bastante diferenciada foi a entrega de dois títulos para cada aluno das turmas de 4º e 5º ano; o novo programa também inovou na seleção, uma vez que cada professor escolheu os títulos para suas turmas, embora em algumas escolas isso não tenha acontecido, como veremos mais adiante. Podemos dizer que essa nova fase, a da seleção, com o envolvimento direto dos professores, foi um avanço relevante, pois teve o objetivo de

fazer chegar obras literárias mais adequadas e próximas aos interesses dos professores e estudantes, bem como às realidades de sua escola e comunidade. Segundo Beatriz Helena Robledo (2019), há diferenças nas ações desses dois processos:

Avaliar não é o mesmo que selecionar. Avaliamos para depois selecionar. [...] Essa tarefa se dá pela necessidade de orientar os interesses, devido ao fato de o mercado oferecer uma grande variedade de materiais e, sejamos honestos, nem tudo ser de boa qualidade. Avaliar material de leitura é, por si só, uma atividade de promoção, na medida em que contribui para melhorar a qualidade do material que se oferece e se obtêm como resultado as recomendações. Em geral, os comitês de avaliação produzem listas de livros recomendados, guias com resenhas, catálogos. Por outro lado, a seleção implica uma visão mais aguçada, mais ajustada aos propósitos dos grupos. [...] (p. 31)

Levando em consideração essa diferenciação apontada pela autora, entendemos que a inclusão de uma seleção por parte das escolas resulte em bons efeitos na promoção da leitura e do trabalho com as obras. Quando a comissão de avaliação do PNLD Literário aprova as obras para os acervos, essa aprovação tem como base critérios técnicos, conceituais e de compatibilidade com a legislação brasileira, como, por exemplo, estar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou seja, um julgamento sobre a qualidade dos materiais que chegarão às escolas. A seleção por parte das escolas julga a relevância de determinadas obras para a leitura de seus estudantes. No tópico seguinte, será abordado mais sobre essa etapa do programa no interior das escolas pesquisadas.

O PROGRAMA NO INTERIOR DAS ESCOLAS

Para atingir nosso principal objetivo de pesquisa, foi necessário que, em um primeiro momento, coletássemos dados sobre a presença e circulação dos livros na escola, as condições em que tais livros se encontravam e em quais lugares e espaços eles se acomodam na escola. Nesse mesmo momento, se tornou imprescindível a produção de um questionário que nos fornecesse dados gerais sobre a base inicial que fundamentou a escolha desses títulos, daí algumas perguntas foram surgindo na construção desse instrumento: Os professores conhecem o programa? Como os professores tomaram conhecimento? Eles foram orientados quanto ao processo de seleção dos títulos de suas turmas? Por quem foram orientados e quais orientações receberam? Como se deu a escolha dos títulos e quais critérios foram observados na avaliação das obras disponíveis? Quais obras os docentes escolheram para suas turmas?

Foi partindo dessas inquietações que começamos a investigação dentro das escolas da rede. A partir da autorização e da listagem das escolas concedidas pela Secretaria Municipal de Educação, foi possível que chegássemos a uma amostra de 91% de escolas visitadas³, das 88 escolas que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o que corresponde a um número total de 80 escolas dos 9 polos visitados.

O número de questionários respondidos soma ao todo 169; um número bastante considerável de respostas de profissionais que participaram da seleção dos títulos em suas escolas. Com esses dados quantitativos e informações fornecidas pelas escolas e seus docentes, cuja análise apresentaremos adiante, verificamos se a política pública de leitura do PNLD literário 2018 tem atingido, na rede municipal de João Pessoa/PB, os seus principais objetivos.

Indubitavelmente, foi um grande desafio visitar e pesquisar 80 escolas no município de João Pessoa. Esse trabalho denso se dividiu em duas etapas. A primeira aconteceu a partir de um diálogo formal com a equipe gestora dessas instituições, em que, ao nos apresentar e explicitar os objetivos da pesquisa, perguntávamos se a instituição havia participado do processo de escolha, bem como se a escola havia recebido os acervos do PNLD Literário 2018. Com a autorização em mãos e o consentimento da escola, íamos, aos poucos, adentrando no seu espaço físico, procurando também entender a sua organização: o número de docentes, o seu foco de atendimento por nível escolar e, sobretudo, algo fundamental para qualquer pesquisa que envolve distribuição de livros literários adquiridos com dinheiro público, os espaços disponíveis para exposição e leitura desses acervos, como biblioteca e/ou salas de leitura.

Das escolas visitadas, 73% informaram ter participado da escolha dos títulos na edição do programa, 20% informaram que não houve essa escolha, e as demais não souberam informar ou, em alguns casos, não conseguimos respostas. Essa triagem de participação deixou nossa amostra dos dados sobre a escolha mais reduzida, pois, do total de instituições visitadas, apenas 58 escolas confirmaram a participação na indicação dos títulos. Dentre estas, conseguimos coletar 169 questionários respondidos pelos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que, efetivamente, participaram do processo de avaliação e seleção dos livros.

Durante o final da análise dos dados recolhidos a partir das respostas contidas no questionário, vários questionamentos surgiram, por exemplo: o programa se destinava aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental? Por que 16 escolas visitadas e que estavam na lista disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação não participaram da escolha? O curioso é que pudemos constatar nessas mesmas escolas a existência de caixas com o selo do PNLD Literário e/ou os próprios acervos disponíveis nas bibliotecas ou nas salas de leituras. Essa contradição nos levou a novas indagações: os profissionais que nos atenderam nas visitas das escolas sabiam a que estávamos nos referindo? Ou, houve alguma falha na comunicação entre as coordenações, secretarias e Ministério da Educação? Todas as escolas foram orientadas sobre essa seleção?

Ainda sobre essa situação, outra possibilidade para a compreensão do fato seria a perda do prazo da escolha ou uma escolha feita sem a participação dos professores como aconteceu em uma escola em que nos relataram que a seleção e indicação dos títulos foram feitas pela diretora. Nesse caso específico, não sabemos os verdadeiros motivos que levaram a direção dessa escola a escolher, de forma isolada, os títulos para o trabalho dos professores com seus estudantes. Diante disso, tal medida nos pareceu comprometer a proposta do programa, além de revelar uma falta de conhecimento sobre as orientações dadas pelo programa.

Ademais, outros motivos foram alegados para a não participação na seleção, entre eles a justificativa de que durante o processo de escolha a instituição não ofertava

o nível de ensino ao qual o programa se destinava ou, em outros casos, que os livros de literatura eram apenas enviados pelo FNDE, não cabendo à escola a escolha deles, o que também denota um equívoco por parte dos profissionais, apontando o desconhecimento das alterações feitas nas políticas públicas de fomento a leitura. Todavia, cremos que tudo poderia ser solucionado se o Guia Digital⁴ tivesse sido mais bem divulgado nas escolas e entre os professores, além de ser consultado durante todo o processo de seleção das obras, isso porque esse é um documento esclarecedor e de muita relevância para que todo o processo seja realizado. As orientações são bem diversas, vão desde as especificações de procedimentos técnicos até o que chamaremos aqui de instruções pedagógicas.

Sobre os procedimentos, o guia era bem claro no que deveria ser feito durante o processo de seleção nas escolas. O documento elaborado pela comissão técnica explicitava informações importantes, as quais destacamos aqui: a assinatura do termo de adesão; prazo para registro das escolhas; procedimentos de acesso e manipulação do sistema do PDDE interativo⁵; informações sobre as categorias e o número de títulos por turma. Além dessas informações, o guia também solicitava e esclarecia às redes e escolas que fosse garantida a autonomia dos professores e que “o corpo docente da escola participasse do processo de escolha de modo democrático” (BRASIL, 2018, p. 24). Para fazer com que esse princípio fosse respeitado, no guia, encontravam-se anexas a Ata de Escolha e a sua solicitação de envio como um requisito para a efetivação das indicações no sistema ou a justificativa fundamentada de sua não submissão. Também constava no documento, como outra exigência, a divulgação em local de acesso público da “Ata da Escolha, o Comprovante do Registro da Escolha e o Comprovante de Modelo de Escolha” (BRASIL, 2018, p. 24).

Foi com base nesse princípio de publicidade e nos dados obtidos a partir dos questionários, que percebemos que 84% dos professores não se lembravam dos títulos escolhidos para sua turma, por isso, resolvemos então perguntar aos dirigentes das escolas se possuíam ou publicaram em algum lugar acessível as Atas da seleção ou o comprovante de indicação do site. Obtendo respostas positivas, solicitamos cópias para análise das obras mais selecionadas, cuja publicação faremos em trabalhos futuros. Em algumas situações, em que a escola respondeu possuir os documentos, nos deparamos com a resistência da entrega de cópias ou o acesso a eles, o que demonstra mais uma vez o desconhecimento do programa por parte de algumas escolas e o descumprimento de um princípio que, acima de qualquer guia, é explicitado pela Constituição Federal e exigido pela Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação). Mesmo assim, conseguimos obter 30 cópias, o que corresponde a 39% do total de nossa amostra, ou seja, de escolas visitadas.

Sobre os espaços disponíveis para acomodação e circulação desses acervos, 91% das escolas possuíam biblioteca ou sala de leitura e apenas 5% não contavam com esses espaços. Desse total, 62% funcionavam normalmente, ou seja, em todos os períodos de atendimento à comunidade escolar, e apenas 7% tinha seu funcionamento em horários específicos, além disso, uma escola relatou que a biblioteca funcionava, no entanto havia problemas em sua infraestrutura. Outros dados importantes são os de não funcionamento: 11% estavam em reforma, um total de sete espaços; outros 10%

funcionavam apenas com a presença de professores; 5% tiveram seu funcionamento suspenso por acumular livros didáticos a serem entregues aos alunos; e uma escola (1%) relatou que utilizava, temporariamente, o espaço como sala de aula. Embora os dados apontem para um número pequeno de escolas sem espaços dedicados à leitura, é preciso destacar que o número ainda é bastante preocupante se pensarmos na quantidade de estudantes que essas escolas atendem.

Olhando para as justificativas do não funcionamento das escolas que tinham esses espaços disponíveis, também ficamos bem inquietos. Por que desativar uma biblioteca durante uma reforma? É preciso evidenciar e contestar isso. Se as aulas estavam funcionando durante a reforma, entendemos que esse espaço também deveria estar acessível a comunidade ou ao menos que os livros não ficassem armazenados e que fossem garantidos os empréstimos e a leitura dos materiais ofertados. Além disso, também nos chama atenção o funcionamento condicionado à abertura por professores, o que nos leva a refletir sobre como essas escolas ainda pensam as bibliotecas como meros ambientes didático-pedagógicos.

Concluindo, temos os dados da chegada dos livros e acervos do programa às escolas de João Pessoa, com os seguintes percentuais: em 54% das escolas foi possível constatar a presença dos livros e acervos enviados; em 31% das escolas os acervos ainda não haviam chegado. Cabe ressaltar que, nas escolas visitadas entre setembro e novembro de 2019, o número de não recebimento foi bem expressivo, quase não se observava a chegada das obras, a constatação das obras e acervos nas bibliotecas foi mais bem viabilizado no retorno às atividades da pesquisa, isto é, no primeiro semestre letivo de 2020, pois, conforme relato da gestão, a grande parte chegou em dezembro de 2019 e em janeiro e fevereiro de 2020, portanto, com atraso na entrega.

Esse atraso se confirma porque a seleção ocorreu nas escolas no final de 2018, e as obras e acervos deveriam chegar no início do ano letivo de 2019. Essa falha na distribuição abriu espaços para muitas reclamações nas escolas, isso porque durante aplicação dos questionários muitos professores nos viam como uma entidade de fiscalização ou de resolução de suas reivindicações a respeito de falhas no programa. Ao se depararem com perguntas que mexeram a fundo nos problemas do programa no interior de suas escolas, eles esperavam que nós trouxéssemos resoluções para esses impasses.

Já tendo apresentado e discutido os dados gerais sobre o programa nas escolas pesquisadas, no próximo tópico abordaremos questões mais específicas, direcionando o foco dos questionamentos às especificidades referentes à relação dos professores com o programa no que diz respeito à participação deles na seleção dos acervos.

RELAÇÕES ENTRE O PROFESSOR E O PROGRAMA

Como o Ministério de Educação promove a divulgação do PNDL Literário? Como a Secretaria de Educação e as equipes dirigentes das escolas do município de João Pessoa disseminaram a informação e orientação sobre a seleção das obras literárias do PNDL 2018 ao corpo docente responsável pela escolha? Esses questionamentos foram o ponto de partida para compreender e analisar os modos de divulgação e orientação do programa, seus limites e alcances. É fundamental considerar, nessa relação, que o Ministério da Educação realiza programas e os executa em colaboração com os demais

entes da Federação, Estados, Municípios e o Distrito federal, cabendo às secretarias das redes a gestão, divulgação e acompanhamento do programa em suas escolas. Nesse sentido, o MEC elaborou o Guia Digital que reúne todas as informações necessárias sobre o processo de escolha, para orientar os professores e gestores a respeito do programa e sobre os critérios a serem observados em suas avaliações e seleção das obras e acervos. Como vimos, o guia também oferece, em sua versão on-line, a opção de consulta a resenhas das obras, podendo o usuário baixar o arquivo do conteúdo.

As principais orientações do guia destinadas ao processo de escolha do professor estavam também no capítulo “Escolha” e tiveram como principais focos: auxiliá-los com o público ao qual o programa se destinava, indicando e explicando as categorias, turmas e números de títulos por séries; alertá-los sobre a realização de um processo democrático assegurando-lhes autonomia em suas escolhas; atentá-los a uma escolha de obras pertinente para o desenvolvimento das propostas pedagógicas de sua instituição; orientá-los sobre o acesso a lista de obras por categorias, as resenhas com indicações do nível das turmas à qual a obra se destinava e o acesso ao material integral através do site do PDDE interativo⁶.

A partir desses esclarecimentos, vamos aos dados que respondem às indagações iniciais desse tópico. Do número de professores que responderam ao questionário, 96% afirmaram conhecer o programa, no entanto, essa resposta soou um tanto contraditória quando observamos as outras respostas a questões semelhantes, como, por exemplo, na questão sobre como eles conheceram o programa, quais os critérios que utilizaram para a seleção dos livros; e, principalmente, nas respostas em que eles descreviam como foi feito todo o processo para essas escolhas. Além disso, durante todo contato que pudemos ter com esses profissionais, percebemos que o guia era pouco citado, não sendo o principal norteador do processo (ver Quadro 1)⁷.

Quadro 1 - Modos de divulgação do PNLD Literário 2018 nas escolas de João Pessoa

RESPOSTAS	QTD	%
Comunicação/Orientação da Secretaria Municipal de Educação	70	43%
Reunião/Planejamento escolar	44	27%
Guia/Site do Ministério da Educação	26	16%
E-mail	11	7%
Folheto informativo	11	7%
Comunicação/Orientação da Escola/Através do(a) Supervisor(a)	8	5%
Outros	5	3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020 - Questionário PNLD 2018 (Apêndice 1).

Aos poucos, esse número de 162 professores que afirmaram conhecer o programa foi ficando duvidoso e questionável, e uma pergunta se fez frequente em nossas reuniões semanais de nossa pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (PIBIC/UFPB): será que os professores realmente conhecem os objetivos do programa e suas etapas de execução?

Em relação àqueles que leram integralmente o guia, cremos que sim, no entanto, outros foram demonstrando inconsistência e incongruência nas respostas, evidenciando, para nós, apenas certo saber sobre o programa, mas não uma leitura e um conhecimento profundo dele.

Logo, outro questionamento se fez: mas será que esses professores que não demonstraram conhecimento integral do programa e seus objetivos receberam orientações para fazerem uma seleção de livros literários? Então, as respostas para esse questionamento vieram quando os professores foram inquiridos sobre a orientação, bem como quem os orientou no processo de escolha e nas avaliações das obras. De acordo com os dados coletados, 83% dos docentes receberam algum tipo de orientação e os demais afirmaram não terem recebido orientações, inclusive, alguns relataram que chegaram a receber algumas informações, mas que estas eram insuficientes para condução das escolhas. Ainda, dos 140 professores que receberam orientações, mais da metade informou que essas, primordialmente, vieram de profissionais e da gestão da própria escola, como mostra o quadro seguinte.

Quadro 2- Quem orientou

RESPOSTAS	QTD	%
Direção da escola	81	58%
Equipe de Especialistas/Técnica (equipe/coordenação pedagógica, supervisão)	70	50%
Orientador(a)	7	5%
Outros	7	5%
Ministério da Educação / Guia on-line	5	4%
Secretaria Municipal de Educação	5	4%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020 - Questionário PNLD 2018 (Apêndice 1).

Destacamos que apenas 4% afirmaram que as orientações que nortearam suas escolhas vieram do MEC/Guia, além de 4% da Secretaria Municipal de Educação. Partindo desse dado, nos chama a atenção o fato de que os professores tiveram como principal orientador no processo profissionais ligados diretamente ao acompanhamento administrativo e pedagógico de cada escola, ou seja, eles tiveram como principal suporte pessoas próximas a eles. Mais à frente, perceberemos que, quando confrontados com outros dados, esse dado nos revela o quão influentes são esses setores nas decisões finais das escolhas das obras. Surgem daí novos questionamentos, agora, sobre quais orientações esses docentes receberam, se elas também são compatíveis com as do guia, documento cuja leitura consideramos de fundamental relevância para avaliação e indicação das obras pelas escolas e professores. Apresentado algumas questões que envolvem o que chamamos por orientações técnicas e pedagógicas, também se fez necessário verificar quais orientações os professores receberam.

As orientações vindas desses meios, apontadas pelos docentes, apresentam informações que, ora parece-nos ter como referência o guia, ora nos apontam para como esses profissionais que orientaram os professores pensam a seleção de uma obra

literária para o público infantil. O quadro seguinte apresenta as principais orientações que os professores indicaram como recebidas ou informadas⁸.

Quadro 3- Orientações aos professores

ORIENTAÇÕES RE/PASSADAS AOS PROFESSORES	QTD	%
Escolher de acordo com a faixa etária/nível de leitura da turma	80	63%
Solicitação de leitura do Guia on-line PNLD2018 / Resenhas / Informações e instruções de acesso ao guia on-line	41	32%
Escolher por temas*	25	20%
Informações e instruções sobre quantidade de títulos	21	17%
Observar/ avaliar compatibilidade de conteúdo	17	13%
Observar os títulos / autores / ilustrador	15	12%
Solicitação de indicação / Preenchimento de ficha/ata	13	10%
Observar as ilustrações / Adequação das ilustrações	12	9%
Consultar as coleções recebidas / Consultar os exemplares físicos / Consultar livros de editora	9	7%
Outros	47	37%
Não respondeu	42	25%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020 – Questionário PNLD 2018 (Apêndice 1).

Quando elaboramos o questionário, objetivamos respostas que nos servissem para caracterizar o processo de escolha nas escolas. Inicialmente, essa foi a nossa pretensão na coleta dos dados, mas, na análise, constatamos que os professores entenderam a questão também sendo sobre orientações para avaliação das obras e não apenas do processo mais amplo que envolveu essa seleção. Devido a isso, surgiram alguns dados sobre o que já classificamos de procedimentos técnicos desse processo, como a leitura do guia, solicitação de indicação das turmas e orientação de consultas de resenhas, que se somaram às orientações pedagógicas para critérios de avaliação das obras como: escolher obras compatíveis com o nível e faixa etária da turma, observar ilustração, conteúdo e temas etc. Por isso, se fez necessário também apontar e citar alguns critérios que os professores utilizaram em suas escolhas para que compreendêssemos as influências que as orientações tiveram na seleção dos títulos.

Assim, a orientação mais frequente e citada foi a compatibilidade da escolha do título com o nível e faixa etária da turma que, por coincidência, também foi o critério mais adotado pelos professores em suas avaliações: um total de 101 professores alegaram escolher os títulos com base nesse parâmetro. No guia, essa informação já estava dada, ao definir as obras por categorias, servindo de orientação para indicar as obras para as turmas, inclusive, com acesso às resenhas delas; portanto, cabiam aos professores ler as resenhas e escolher as obras já indicadas para o nível de suas turmas, ou seja, não precisavam ficar tão presos a esse critério, uma vez que todas as obras listadas naquelas categorias já haviam sido selecionadas para o nível da turma, garantindo a leitura das obras para aqueles níveis de leitura.

Sobre a segunda orientação, consideramos que deveria ter sido a mais indicada para os professores, pois solicitar a leitura do guia e das resenhas era uma orientação indispensável no processo da escolha. Sem dúvida, os professores que leram e seguiram essas orientações participaram de uma escolha mais assertiva e adequada com as propostas do programa e, possivelmente, tiveram menos dificuldades de execução e compreensão do processo de seleção. Entretanto, pelo que identificamos, apenas 32% dos professores receberam a solicitação de leitura do guia por parte dos responsáveis. Esse dado, quando comparado aos resultados dos critérios, nos mostra que, mesmo com o número de 41 professores que tiveram orientações para leitura do guia, apenas 29 desses o utilizaram como um critério para selecionar seus títulos.

A terceira orientação mais colocada foi a observância aos temas dos livros, mas apenas metade dos professores que indicaram a temática como uma orientação nos informou quais foram os temas solicitados para suas escolhas. Analisar e escolher os títulos por tema também foi um critério adotado pelos professores nas suas avaliações. Disso, observamos que 31% deles o utilizaram em seus julgamentos, o que nos diz e comprova mais uma vez que as orientações exerceram influência nos critérios utilizados pelos docentes.

Dos temas informados, o segundo mais indicado foi “Questões étnico-racial/Consciência negra” (20%), o qual também nos mostra que as delimitações de temas dadas nas orientações foram observadas nas escolhas dos professores. Conseguimos chegar a essa conclusão a partir da análise dos documentos entregues⁹ pelas escolas, em que o título mais escolhido, como primeira opção para o livro do estudante das turmas do 5º ano, foi a obra “Histórias Africanas”, com as autorias de Ana Maria Machado (autora) e Laurent Cardon (ilustrador). Dos livros indicados como segunda opção para as mesmas turmas, outro livro da mesma temática aparece também nas primeiras colocações de mais indicados, “Histórias de Ouvir da África Fabulosa”, autorias de Carlos Alberto de Carvalho (autor) e Fabio Maciel (ilustrador). Essa constatação nos mostra quão influentes foram as orientações dos setores administrativos e técnico-pedagógicos das escolas, que, pelo que parece, seguiram os mesmos parâmetros para guiar a seleção. As orientações, como se verifica, influenciaram os critérios dos professores e tiveram resultado na escolha final dos títulos para os estudantes.

Agora, sobre a consulta das obras, mais uma vez o questionamento sobre o desconhecimento das escolas sobre o programa se torna visível. Alguns professores nos informaram que não tiveram nenhum tipo de acesso às obras, outros desconheciam a existência das resenhas e nos disseram escolher apenas através da lista de obras disponível em uma versão do guia em PDF. Junto a isso, um dado curioso é o da orientação de consultar materiais físicos e ou recebidos por editoras, pois o guia não menciona que o MEC distribuiria material físico para as análises dos professores, muito pelo contrário, o guia solicitava à escola isonomia no processo de escolha de suas obras, colocando algumas restrições de recebimento de material e visita das editoras. Nesse caso, é importante lembrar que o edital de convocação selecionou obras também de pessoas físicas e de editoras de pequeno porte, tendo em vista que elas não possuíam condições de distribuição para maioria das escolas atendidas pela edição do programa; isso é uma medida importante do MEC, que assegura igualdade na escolha e na compra desses materiais.

Diante do que foi apresentado, percebemos que a relação do professor com o programa se dá a partir do momento que suas indicações são solicitadas pelos dirigentes e equipes pedagógicas das escolas. Os dados sobre as orientações revelam que, quando vindas das pessoas a quem os professores são hierarquicamente subordinados, elas são postas como prioridades no processo e escolha de seus títulos, deixando o guia como um suporte secundário, além de ser, como verificamos em alguns casos, um documento de leitura opcional. A seguir, apresentaremos, de modo mais geral, as reflexões dos dados analisados até aqui.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NAS ESCOLAS

Pretendíamos, através da coleta e da análise inicial, saber como o programa se configurou nas escolas, quais seus principais acertos, mas também seus principais entraves e desafios. Precisávamos também saber como as escolas se relacionavam com o programa, qual conhecimento elas possuíam sobre ele e qual o grau de reconhecimento ele recebia.

Fazendo análise dos principais documentos elaborados durante e para a edição do programa, vimos que tudo é muito articulado e tem por objetivo atender às principais discussões que envolvem a promoção da leitura literária nas escolas públicas brasileiras. No entanto, com os resultados de nossa pesquisa, vimos que é, ainda, necessário avançar nas atividades práticas (divulgação, escolha e distribuição), na distribuição dos acervos e mesmo na capacitação dos professores para um melhor resultado e trabalho dentro dos objetivos propostos pelo programa, em atendimento a políticas públicas de leitura.

Outro dado que merece atenção é que apenas 54% das escolas visitadas receberam os acervos, o que é uma quantidade muito insuficiente e não corresponde à proposta de atender 100% das escolas públicas; e, embora esta pesquisa tenha sido feita em apenas uma cidade de todo um país, ela foi realizada em 80 escolas, um número bastante considerável para constatar e apontar falhas na execução de um programa nacional. Mesmo que esses dados representem uma amostra de um único município brasileiro, os problemas encontrados podem persistir em outras regiões do país. O MEC precisa garantir que todas as escolas selecionem e, principalmente, recebam seus acervos, além de assegurar a continuidade na política de distribuição de livros conquistada durante décadas e que ultrapassa meros programas de governos. As secretarias precisam melhor informar, orientar e formar seus profissionais quanto à importância e ao conhecimento do programa e quanto ao processo de seleção, na orientação e capacitação de seus docentes para uma seleção crítica e qualificada, que pensem nas especificidades que envolvem a literatura infantil e juvenil, além da leitura literária e o ensino de literatura.

A comissão de avaliação de obras, que escolheu e listou 400 títulos para a categoria dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tem formações e especializações nas áreas necessárias, mas e os professores da educação básica? Olhando os currículos de grandes universidades públicas na Paraíba, como a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da

PEREIRA, I. N. da C.; FREITAS, A. M. P. de; SEGABINAZI, D. M.

Paraíba (UFPB), não identificamos nenhuma disciplina nos currículos do curso de Pedagogia, que abarcasse, obrigatoriamente, a literatura infantil e juvenil com destaque e relevância. Como os docentes selecionam e trabalham com algo que sua graduação não apresentou como obrigatório e que se apresentaria em suas atividades docentes e práticas diárias de ensino na educação básica?

Com o contato direto com os professores, embora em poucos minutos, foi possível perceber que eles carecem de conhecimentos específicos sobre literatura infantil e suas características; a grande maioria ainda se prende muito ao caráter utilitário, ao uso do livro para trabalhar conteúdos, que não abarcam o ensino da literatura e a leitura de obras literárias. Isso reflete também o modelo de escola que temos e o modo como pensam a educação no âmbito de nossas instituições, a escola como uma fonte de repasse de princípios e reprodução de conhecimento ainda é mais forte do que a escola como um espaço que reconhece seus estudantes por inteiros, que possibilita uma educação integral e lida com conhecimento mais amplo, respeitando também a particularidades humanas de seus protagonistas.

Os dados até aqui apresentados são insuficientes para definir e qualificar o trabalho desses professores com as obras literárias do PNLD Literário, por isso, é preciso investigar ainda mais os critérios dessas escolhas e, uma vez que as obras chegam às escolas, identificar como está sendo realizada a mediação dessas obras nas turmas.

Convém frisar que o objetivo geral de nossa pesquisa é de verificar como as obras do programa podem aliar-se à metodologia de estratégias de compreensão leitora para transformar alunos do Ensino Fundamental de João Pessoa (Estado da Paraíba - Brasil) em leitores autônomos. Aqui, divulgamos apenas os dados referentes à seleção dos títulos por parte das escolas. Este trabalho, sem dúvida, forma uma ponte para irmos além da seleção e distribuição de obras, pois é preciso chegar ao ponto final, que é o objetivo principal e que norteia todo os processos do PNLD Literário e desta pesquisa: a leitura literária em busca da formação de leitores autônomos.

Artigo recebido em: 16/08/2020

Aprovado para publicação em: 30/12/2020

PROMOTION OF BOOK AND READING IN BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS: THE NEW LITERARY PNLD

ABSTRACT: This article aims at presenting and discussing some results of the research entitled "From selection to the act of reading: the books of Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD / Literário 2018)". Our main aim is to verify how the books from that program can be combined with the reading comprehension methodology to transform students from the early years of elementary school in schools, located in the city of João Pessoa-PB, into independent readers. A questionnaire was elaborated and applied to the teachers who participated in the choice of literary works in order to investigate the ways of dissemination and guidance they received to carry out the selection of books. The results point out certain flaws regarding the selection and delays in the distribution of the program's books.

KEYWORDS: Literary PNLD 2018. Selection. Children's Literature. Elementary School.

PROMOCIÓN DEL LIBRO Y LA LECTURA EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS BRASILEÑAS: EL NUEVO PNLD LITERARIO

RESUMEN: Este artículo presenta y discute algunos resultados de la investigación "Da seleção ao ato de ler: os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/Literário 2018)". Y su principal objetivo es verificar cómo los trabajos de ese programa se pueden combinar con la metodología de estrategias de comprensión lectora para transformar a los estudiantes de los primeros años de la escuela primaria en las escuelas de la ciudad de João Pessoa-PB en lectores autónomos. Con ello, a partir de la elaboración y aplicación de un cuestionario con los profesores que participaron en la elección de obras literarias, investigamos las formas de difusión y orientación que recibieron para realizar la selección de libros. Los resultados apuntan a ciertas fallas en la selección y retrasos en la distribución de las colecciones del programa.

PALABRAS CLAVE: PNLD Literario 2018. Selección. Literatura Infantil. Enseñanza Fundamental.

NOTAS

1 - O MEC disponibiliza no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) uma parte estatística dos programas do livro. É possível avaliar os avanços com relação ao número de acervos e livros, escolas e alunos atendidos e o total investido nos programas nos últimos anos. <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>.

2 - Denominada de Equipe de avaliação e que está organizada hierarquicamente em Comissão Técnica, Coordenação Pedagógica, Coordenação Adjunta, Avaliadores e Equipe responsável pela avaliação de recursos. Disponível em: https://pnld.nees.com.br/pnld_2018_literario/2018-literario-equipe-avaliacao.

3 - A coleta de dados teve início em setembro de 2019 e, com o encerramento do ano letivo da rede em dezembro, retomamos as atividades em fevereiro de 2020. Contudo, com a chegada do Coronavírus ao Brasil e a situação de emergência internacional de saúde, tivemos que suspender a coleta de dados em 17 de março de 2020, o que nos impossibilitou que chegássemos a 100% das escolas. Entretanto, entendemos que 91% é uma amostragem suficiente e significativa para os objetivos e resultados da pesquisa.

4 - A versão on-line disponibiliza adaptação em PDF. Há dois arquivos disponíveis para downloads: um é sobre as informações e instruções básicas do processo de escolha; o outro é uma espécie de anexo com as resenhas de todas as obras por nível. Você pode consultar acessando: https://pnld.nees.com.br/pnld_2018_literario/inicio.

5 - Sistema de informação elaborado pelo Ministério da Educação para auxiliar as escolas na gestão de seus programas de transferência e aplicação de recursos (<http://pddeinterativo.mec.gov.br/>).

6 - O PDDE interativo é uma ferramenta on-line desenvolvida para auxiliar as escolas e secretarias de educação na gestão de recursos repassados pelo Governo Federal. Pode ser visualizado em: <http://pddeinterativo.mec.gov.br/>.

7 - As respostas do Quadro 1 ultrapassa o número de professores uma vez que era permitido mais de uma resposta, mesmo assim, o Guia é o terceiro colocado como um meio de informações sobre o programa.

PEREIRA, I. N. da C.; FREITAS, A. M. P. de; SEGABINAZI, D. M.

8 - Destacamos novamente que o número de respostas excede a quantidade de professores uma vez que dadas as respostas foi necessário dividi-las em categorias, nos dando esse quadro mais geral de orientações.

9 - Tipo de documentos coletados: ata de escolha, comprovante de indicações do PDDE interativo e lista/planilhas/rascunho dos professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 9.099 de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do livro e do material didático. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. **Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do livro e do Material didático – literário. **Editais**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro>. Acesso em: 18 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do livro e do Material didático – literário. Guia Digital PNLD2018-Literário. **Obras**. Disponível em:

https://pnld.nees.com.br/pnld_2018_literario/etapa-ensino/2018-literario_ensino_fundamental. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do livro e do Material didático – literário. **Guia PNLD2018-Literário PDF**. Disponível em:

https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/125-guias?download=13455:guia_pnld_literario_2018. Acesso em: 18 abr. 2020.

FAILLA, Z. (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

PAIVA, A. (org.). **Literatura fora da caixa: o PNBE na escolar – distribuição, circulação e leitura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

ROBLEDO, B. H. Avaliação e seleção de livros para formação de leitores. **Cadernos Emília**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 27-41, dez. 2019. Disponível em:

<http://revistaemilia.com.br/caderno-emilia-no-3-2/>. Acesso em: 14 maio 2020.

ISRAEL NIWTON DA COSTA PEREIRA: Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba. Graduando em Letras com habilitação em Língua Portuguesa na UFPB. É membro do Grupo de Pesquisa em Estágio, Ensino e Formação Docente da UFPB.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8535-4614>

E-mail: niwtonisrael@gmail.com

ANA MAGALLY PEREIRA DE FREITAS: Graduanda em Letras/Português pela Universidade Federal da Paraíba, atua como Bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3544-8177>

E-mail: anamagallyufpb@hotmail.com

DANIELA MARIA SEGABINAZI: Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura Plena) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1994). Graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1995). Mestrado em Letras - Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000) e Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente integra o quadro de professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com dedicação exclusiva e é líder do grupo de pesquisa "Estágio, ensino e formação docente".

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3199-6464>

E-mail: dani.segabinazi@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).